

PARECER JURÍDICO nº 013/2019 - RBF

Projeto de Decreto Legislativo nº 02/2019

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO – HOMENAGEM –
TÍTULO DE CIDADÃO CORDEIROPOLENSE – SESSÃO
SOLENE – PROJETO LEGAL E CONSTITUCIONAL.**

I. RELATÓRIO

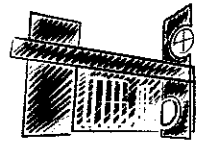
Trata-se de projeto de decreto legislativo, proposto pela Ilustre Vereadora Cassia de Moraes – PDT, que pretende homenagear ao Sr. Natale Losa com o Título de Cidadão Cordeiropolense.

A homenagem será realizada oportunamente, em sessão solene a ser designada.

Fez-se juntar aos autos, memorial do homenageado.

É o breve relatório.

Passo a opinar.



2. ANÁLISE JURÍDICA

2.1. Do Exame de Admissibilidade

O respectivo projeto de lei encontra-se em conformidade com a técnica legislativa, estando de acordo com as leis aplicáveis.

Além disso, cumpre destacar que o projeto de lei está redigido em termos claros, concisos e objetivos, em língua nacional e ortografia oficial, estando subscrito pelo proponente, além de trazer o assunto sucintamente registrado em ementa, tudo em conformidade com o RICMC.

2.2. Da iniciativa legislativa e sua legalidade

O projeto versa sobre homenagem à personalidade credoras do público cordeiropolense.

De modo sucinto, o proponente apresentou o memorial do homenageado.

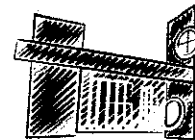
Feito isso, cabe analisar o aspecto formal e subjetivo da propositura, sendo que, nesse particular, tem-se que o artigo 216, § 1º, inciso III do Regimento Interno dessa E. Casa de Leis assim dispõe:

Art. 216 Projeto de Decreto Legislativo é a propositura de competência privativa da Câmara, que excede os limites de sua economia interna, não sujeita à sanção do Prefeito e cuja promulgação compete ao Presidente da Câmara.

§ 1º Constitui matéria de projeto de decreto legislativo:

(...)

III - concessão de título de cidadão cordeiropolense ou conferir homenagem a pessoas ou instituições que, reconhecidamente, tenham prestados serviços ao Município ou nele se destacado pela atuação exemplar na vida pública e



particular, mediante votação nominal com aprovação de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara. (grifo nosso)

Apenas cumpre destacar que o referido projeto de decreto legislativo merece reparo quanto à sua formalidade, eis que o proponente não cuidou de mencionar a dotação orçamentária para as despesas decorrentes com o referido projeto de decreto legislativo, o que é necessário.

No mais, a propositura se mostra legal e constitucional.

3. DA CONCLUSÃO

Nesse sentido, opino pela LEGALIDADE e CONSTITUCIONALIDADE do projeto de decreto legislativo nº 02/2019, devendo, outrossim, ser encaminhado na forma regimental às comissões pertinentes, e, se o caso, encaminhado ao Plenário para discussão e votação, eis que é órgão soberano dessa E. Casa de Leis.

Cordeirópolis/SP, 12 de Fevereiro de 2.019.


ROBERTO BENETTI FILHO
Diretor Jurídico